

O TEMPO E O CONHECIMENTO HISTÓRICO: BREVES APONTAMENTOS

TIME AND HISTORICAL KNOWLEDGE: BRIEFS NOTES

ALYSSON LUIZ FREITAS DE JESUS

Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor Titular (em Teoria da História) na Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES).

RESUMO

O presente artigo analisa as noções de temporalidade em História, especialmente com a historiografia mais recente e os debates sobre tempo histórico no último século.

Palavras-chave: Historiografia; Tempos; Verdade; Conhecimento.

ABSTRACT

The presente article analyzes the notions of temporality in History, especially with the most recente historiography and the debates about historical time in the last century.

Keywords: Gender inequality; HQ's; X-Woman.

SUMÁRIO

1 TEMPO E HISTÓRIA; 2 O TEMPO E O CONHECIMENTO HISTÓRICO; REFERÊNCIAS.

1 TEMPO E HISTÓRIA

As transformações pelas quais a história passou nos últimos 150 anos, desde o final do século XIX, foram fundamentais no sentido de conferir legitimidade ao discurso histórico. Muitas dessas legitimidades apontam para a ideia de existência de uma especificidade do seu conhecimento. As reflexões de Marc Bloch operam no sentido de avaliar essas especificidades. No seu *Apologia da História* (bem como no restante da sua produção junto ao que se convencionou chamar de 1ª geração dos Annales), ele demonstra as funções da história, além de como as reflexões sobre tempo e espaço são essenciais no metiér historiográfico. (BLOCH, 2001). No que se convencionou chamar de 2ª Geração dos Annales, F. Braudel vai ainda mais longe na escrita da história, apartando como o cenário histórico e temporal vivido pelo historiador era fundamental para a compreensão da legitimidade do discurso histórico. Vivendo na efervescência dos anos 1950, em

meio às guerras mundiais, novos modelos de Estado e crises econômicas, o “tempo de Braudel” parece decisivo nas formulações das suas principais teses, tais como os estudos sobre instituições, vida material, vida coletiva e economias (BRAUDEL, 1992).

Logo, as variadas noções sobre o tempo nos ajudam a compreender como deve ser pensado o tempo histórico. José Carlos Reis, em *Tempo, História e Evasão*, diferencia 3 noções de tempo. O tempo Físico seria o tempo exato da matemática, da regularidade, da homogeneidade. Nele o tempo seria das ciências naturais. Um segundo tempo, para o autor, seria o tempo da filosofia, onde aqui se fazia o tempo da consciência, do pensar, das relações sociais, frente à estrutura da reflexão. Para Reis (1995), mesmo diante da importância destes dois tempos, restaria a necessidade de um outro, capaz de permitir uma maior reflexão sobre a ação e compreensão do historiador. O autor vai defini-lo como um “Terceiro tempo”.

Consoante José de Assunção Barros, também se faz necessária uma compreensão do tempo próprio ao historiador, especialmente porque a história – com seus fatos, feitos, acontecimentos e estrutura – apresenta peculiaridades nas suas condições temporais. O tempo para o historiador não poderia ser sistematizado (como na física) ou apenas filosofando (como na filosofia). O tempo, nesse caso, também é (ou sobretudo é) o vivido. (BARROS, 2013). Vejamos um exemplo. Os 20 anos que antecederam a crise do antigo regime francês – e que culminaram na Revolução Francesa de 1789 – não podem ser compreendidos com a mesma noção temporal e espacial que os 20 anos que antecederam ao fim definitivo do socialismo na URSS e Leste Europeu, culminando na queda do muro de Berlim de 1989. Nesses casos, as duas décadas em questão carregam valores, experiências, contextos e condições históricas bem distintas, o que levaria o historiador a uma reflexão dinâmica do tempo em realidades históricas distintas. Tal aspecto é sobejamente apontado por R. Koselleck, no que ele definirá como “idades internas” das eras e tempos históricos (KOSELLECK, 2006) e que veremos mais à frente.

Diante dessas reflexões, voltemos ao “Terceiro Tempo” proposto por J.C. Reis em seu intuito de observar e refletir sobre as peculiaridades do tempo histórico. Reis nos apresenta três diferentes noções de tempo que seriam decisivos na avaliação de sua tese: As Concepções/definições de P. Ricoeur, R Koselleck e A Escola dos Annales. Em todos os modelos teóricos levantados o autor estabelece uma relação direta na compreensão de tempo histórico – objetividade da produção historiográfica – espaço/temporalidade. (REIS, 1995.)

Para Reis, Paul Ricoeur teria oferecido uma valiosa contribuição para as noções de tempo na história. Sendo assim, para Ricoeur, existe uma noção de história-calendário, onde a mesma se manifesta enquanto um fenômeno datado, e em que as suas informações se organizam por arquivos, também datado nesta estrutura “calendário”. Ricoeur não concebia a ideia de um historiador que analisava o “real acontecido”, mas não abria mão dessa noção de tempo mais pragmática. Koselleck, por sua vez, acreditava que a história, conjuntamente com seus fatos, eventos e processos, manifestava-se em tempos diferentes de acordo com as suas Eras. Assim, vivera-se um tempo entre o “tempo do medievo” e o “tempo moderno”, um outro tempo entre o “tempo moderno” e o “tempo contemporâneo”, e assim por diante. É nesse sentido que R. Koselleck reflete sobre as “idades internas” no tempo e espaço da história.¹ Por fim, Reis nos apresenta a noção de tempo próprio da corrente dos Annales. Tendo como influência decisiva a relação com as ciências sociais (e, portanto, “sofrendo” uma influência interdisciplinar marcante), os Annales se posicionavam no claro desafio de compreender o tempo histórico; e Braudel, especialmente, vai levar a noção de duração para o debate intelectual dos historiadores. A longa duração, média duração e a curta duração são conceitos intensamente explorados por Braudel, onde o intelectual procurou denominar os diferentes ritmos da duração do tempo histórico: um tempo longo, de ritmos e mudanças lentas, quase uma “geo-história”, em contraposição com um tempo curto, dos eventos e acontecimentos que se pode perceber em revoluções ou condições transformadoras mais dinâmicas² (REIS, 2012).

Enfim, com a conclusão de que o tempo histórico, na sua relação com o espaço e o metiér historiográfico, exige uma compreensão diferente do tempo da física e da filosofia, J.C. Reis nos oferece uma compreensão dinâmica da noção de tempo junto com as discussões da própria objetividade do conhecimento histórico. Para Barros, as discussões sobre a objetividade do conhecimento histórico são o cerne dos elementos para se pensar a história e suas relações com o tempo e o espaço, especialmente depois dos estudos publicados por nomes como Hayde White e Keith Jenkins³ (BARROS, 2013).

¹ Conforme vimos, essas “idades internas” de R. Koselleck são indispensáveis na compreensão de modelos, estruturas e processos históricos no tempo, frente a realidades históricas que “mexem” com a compreensão de mundo do historiador (KOSELLECK, R. *Futuro-Passado*. RJ. Contraponto, 2006).

² Essas diferentes “durações” de Braudel, bem como uma visão mais detalhada das noções de tempo entre a 1ª e a 2ª geração dos Annales, pode ser vista em: Burke, P. *A Escola dos Annales – 1929-1989*. SP UNESP, 1997.

³ As em questão aqui são White, Hayde. *Meta-história* e Jenkins, K. *A História Repensada* 4ª Ed SP: Contexto, 2004.

Duas correntes historiográficas, a nosso ver, foram decisivas na compreensão da objetividade na história, tendo o tempo e o espaço como motores dessa compreensão. O historicismo do final do século XIX se representou na esteira dessas discussões, surgindo como paradigma dentro do modelo histórico da escola o historicismo, que buscou em W. Dilthey alguns dos debates sobre a objetividade no conhecimento histórico, apresentando uma visão relativista da história enquanto ciência e disciplina. Inserida no contexto de desenvolvimento e modernização do recém-criado Estado alemão/germânico, os historicistas acreditavam ser necessário relativizar o tempo e as condições histórico-espaciais para se compreender realidades históricas distintas de povos e nações. Esse relativismo impunha a necessidade de se pensar o tempo histórico de acordo com as realidades da época e, sobretudo, as realidades vivenciadas pelo contexto no qual estava inserido o historiador (REIS, 2012)⁴.

Nesse sentido, o contexto da Alemanha do final do século XIX precisaria ser compreendido à luz das condições que a mesma vivia. Logo, tal contexto não era similar ao da Inglaterra da segunda metade do século XVIII, que se modernizou em meio ao contexto liberal da “Era das Revoluções”; ou mesmo ao da França, no contexto de governo napoleônico. Os historicistas mostravam esse “outro tempo” alemão, que se modernizava em meio a uma nova fase da revolução industrial, marcada pela competição de novos mercados e pela iminência do Imperialismo.⁵ O “tempo alemão” não era o mesmo “tempo inglês”, pois a história se transformava, passava por mudanças; e as maneiras de se compreender o mundo e se posicionar diante dele também se metamorfoseavam.

A outra corrente historiográfica na discussão sobre o tempo-objetividade-espaço na história é a Escola dos Annales. Especialmente Braudel, no seu debate sobre as durações na história, impôs uma reflexão ampla sobre o tempo e a compreensão dos processos históricos em transformação. A ideia de longa duração (e o seu evidente “ataque” à história dos grandes eventos e heróis) colocava a indubitável posição que deveria ser assumida pelo historiador, e que esta estaria diretamente relacionada à época que o historiador vivia (BRAUDEL, 1992).

⁴ Especificamente sobre o paradigma historicista, ver também: HOBBSAWM, E. *Sobre História*. SP: Cia das Letras, 2001.

⁵ Um importante relato histórico desse contexto de final de século XIX, da revolução industrial, das mudanças científicas, passando pelo imperialismo, pode ser visto em: Hobsbawm, E. *A Era dos Impérios: 1845 – 1914*. RJ: Paz e Terra, 1998.

Em publicação mais recente, J. Aróstegui criticou essa divisão das “durações” em Braudel, especialmente porque ela seria “engessada”. Para Aróstegui é possível à convivência das durações em vários tempos de transformações históricas. Logo, o ritmo lento das transformações das mentalidades também poderia conviver com ações inéditas e factuais (típicas da curta duração); e o contrário também seria verdadeiro, podendo, nos eventos e acontecimentos, percebermos as transformações lentas, “lentíssimas” da longa duração. (ARÓSTEGUI, 2006)

Não obstante a pertinente crítica de J. Aróstegui, Braudel e os historicistas foram imprescindíveis para o debate sobre o tempo e o espaço na história, marcando decisivamente a historiografia e os historiadores entre o final do século XIX e os anos de 1980-90. Atualmente, uma concepção de tempo e espaço mais fluida é percebida, impondo aos historiadores novos desafios na transição para o século XXI.

Define-se como *pós-modernidade*⁶ parte dos referenciais teóricos, ideológicos, políticos, sociais e culturais da sociedade nas três últimas décadas. Com a pós-modernidade vieram algumas características marcantes das sociedades hodiernas, tais como a fluidez, a indiferença e o refúgio pelo consumo. O surgimento de novos intelectuais, marcados pela descrença do fracasso da geração dos anos 1960, levou à publicação de teorias sobre uma nova forma de se pensar tempo e espaço na história. Para Jenkins, na pós-modernidade não existe um tempo que, linearmente, explica as coisas, os fatos e os processos. História e passado, nessas condições, seriam coisas distintas, e o historiador não deveria criar a expectativa de avaliar e retratar o que “realmente aconteceu” no tempo. Isso seria impossível. O máximo que o historiador faria era “produzir discursos” e uma “destotalização”; a sociedade pós-moderna comporia um novo modelo de história (JENKINS, 2004).

Frente a esse desafio imposto pela pós-modernidade, a história, depois de quase 150 anos de debate sobre suas especificidades, noções de tempo e de espaço, via-se diante de um novo desafio: o fato de ser vista como um “discurso” em uma clara aproximação com a literatura/ficção. Uma crise para a história? Ou um novo desafio na sua linguagem temporal e espacial? Assim como o tempo explica a história, mais uma vez, somente ele poderá apontar os novos rumos aos historiadores.

2 O TEMPO E O CONHECIMENTO HISTÓRICO

⁶ Não tralharemos aqui o conceito de pós-modernidade, e sim os seus impactos no “fazer história” das últimas décadas. Para uma visão peculiar do conceito, ver: Bauman, Z. *Globalização e as Consequências Humanas*. RJ: Jorge Zahar Editora, 2006. Ou: Jenkins, K. *A História Repensada* 4ª Ed SP: Contexto, 2004. (especialmente a 3ª parte da obra.)

O debate que se configurou sobre o papel das ciências na segunda metade do século XIX foi imprescindível para a consolidação da história enquanto ciência. Nesse contexto, ela adquiria um grau de maturidade nova, consolidando perspectivas sobre a especificidade do seu conhecimento. Para José Carlos Reis, o historicismo e o positivismo (não apenas eles) contribuíram nesse sentido. O primeiro levantaria questões sobre uma pretensa objetividade da história, e na esteira das análises de W. Dilthey, mostrava uma história, com relativismos, na qual o historiador deveria avaliar os contextos históricos de acordo com suas diferenças e especificidades. O segundo – o positivismo – traria para o debate os estudos da política, dos grandes eventos, acontecimentos e fatos, contribuindo de forma decisiva para os rumos do debate historiográfico que se seguiria no século XX⁷ (REIS, 2012).

Na primeira metade do século XX, importantes nomes da historiografia refletiriam sobre essas especificidades de conhecimento da história. Marc Bloch, em sua obra póstuma *Apologia da História*, caminha em algumas direções. Para o autor, a história contribuía, especificamente, em esclarecer os fenômenos sociais, políticos e econômicos que ocorriam, com o objetivo singular de esclarecer sobre o ocorrido em “retrospectiva”, pois o conhecimento histórico – mesmo devendo se aproximar das demais ciências sociais – tem os seus próprios paradigmas e métodos de traduzir e interpretar a realidade. Logo, dar-se estrutura toda a legitimidade do discurso do historiador. Sua obra é provocativa, conferida à história papéis sociais e políticos que foram objetos de estudos pouco explorados até ali⁸ (BLOCH, 2001).

Outros importantes nomes da historiografia do século XX avançam no debate, sendo um exemplo fundamental a observação de Braudel. Analisando as “posições da história nos anos 1950”, Braudel mostra-nos que o historiador era “filho do seu tempo” e que a história era uma “ciência fugidia, movediça”; para o autor, o contexto histórico vivido pelo historiador explicava muito da sua forma de enxergar o mundo, seus valores, seus conceitos, suas realidades pessoais e posições diante desse mesmo mundo. Assim o resultado evidente da produção histórica passa pelo posicionamento do historiador e pelo fato dele ter consciência desse caráter “fugidio” da história,

⁷ É importante salientar que os dois modelos em questão sofreram fortes críticas no debate historiográfico que se seguiria, mas não é o nosso intento discutir no presente texto. Especialmente o positivismo, que para muitos teria consolidado uma história política tradicional sem dar conta de compreender fenômenos sociais e econômicos mais amplos. Para tal ver: (REIS, J. C. *A História entre a filosofia e a ciência*. BH: Autentica; 2004)

⁸ Ainda sugere que, caso esses mecanismos não legitimem o discurso histórico, este servira como um “passatempo”, para entreter.

marcada por contextos e realidades distintas. Braudel pública os seus escritos nos anos 1950, e suas formas de conceituar instituições, economias, civilização e vida material foram profundamente marcadas pelo turbulento período de meados do século XX (BRAUDEL, 1992).

Se nomes como Bloch e Braudel são indispensáveis até os dias de hoje para uma discussão profunda sobre as especificidades do conhecimento histórico, pelo menos três elementos conceituais também o são: A noção de *tempo*, as condições de *espaço* e os debates sobre a *verdade*.⁹

Se a história para Braudel é uma “ciência fugidia, movediça”, análises sobre o tempo conferem dinamicidade a essa avaliação. Koselleck, em Futuro-Passado, demonstra a necessidade de se pensar o *tempo-histórico* a partir das diferenças do próprio tempo moderno, que, por sua vez, também se diferia de tempo contemporâneo. Assim, cada período da história apresentava suas “idades internas”, o que para Koselleck seria uma peculiaridade da análise social (e histórica). (KOSELLECK, 2006)

Um exemplo histórico pode ser facilmente avaliado. Os 20 anos que antecederam a crise do antigo regime francês (1770-1789) não pode ser compreendido com os mesmos referenciais teóricos, sociais e políticos dos 20 anos que culminaram na desagregação do socialismo na URSS e Leste Europeu (1970-1989). Estamos diante de contextos históricos distintos (Braudel), e que conferem ao discurso do historiador (Bloch) a necessidade de avaliar as diferentes “idades internas” (Koselleck) com os novos modelos e referências que lhes são atribuídos¹⁰.

Como segundo elemento, as noções de Espaço também contribuem para condicionar tais especificidades no histórico. Aqui, a contribuição do historicismo no final do século XIX foi decisiva. Com características gerais já apontadas anteriormente (vide nota 1), é importante salientar que a consolidação do paradigma historicista se dá no contexto de modernização do Estado Alemão, na segunda metade do século XIX. O contexto espacial-territorial-temporal da Alemanha dos anos 1860-1890 não poderia ser pensado com os mesmos referenciais de modernização de um país como a Inglaterra, por exemplo, que teve a sua consolidação como potência na “era das revoluções liberais” do final do século XVIII¹¹ (REIS, 2015).

⁹ Essa relação tempo – espaço – verdade é um construto básico (e fundamentais) para se pensar as especificidades que nos propomos, e pode ser visto em (REIS, J. C. *História e Teoria*. RJ: FGV, 2012)

¹⁰ Uma discussão atual a partir dos principais intelectuais sobre o “tempo histórico” pode ser visto em: BARROS, J. de A. *O Tempo dos Historiadores*. RJ: Vozes, 2013.

¹¹ Um bom retrato desse cenário comparativo entre Alemanha e Inglaterra pode ser visto em: (HOBSBAWM, E. *A Era dos Impérios: 1845 – 1914*. RJ: Paz e Terra. 1998) esse contexto histórico explica muito das diferenças de Estado dos

Por fim, na estrutura das especificidades do conhecimento histórico, o debate sobre uma pretensa *verdade* impôs, nas últimas décadas, o maior dos desafios aos historiadores. Com a publicação do seu *Meta-História*, H. White proporia uma associação evidente entre história e ficção, demonstrando que o discurso produzido pelo historiador era idêntico ao discurso do romantismo – e até mesmo de poetas. Para White, o historiador propõe um enredo, uma trama, tece considerações e análises de acordo com seus referenciais próprios e seus valores, além de lançar mão de recursos de linguagem próprios da ficção, tais como a metáfora, a metonímia, sinédoque e a ironia.

O *Tempo* do discurso historiográfico não apresentaria, assim, nada de específico (se comparado com a literatura), o que levaria H. White a simplesmente negar qualquer especificidade do discurso e conhecimento histórico (WHITE, 1995).

Não entraremos aqui no teor do debate intenso que se seguiu às provocações/afirmações de White (especialmente por não ser o objeto principal do presente texto). Contudo, cabe-nos avaliar os impactos decisivos da sua análise sobre o conhecimento histórico, especialmente no que tange às mudanças operadas no conhecimento histórico e no metiér do historiador nas últimas décadas.¹²

A emergência de que se convencionou chamar de uma “Nova História” e os trabalhos recentes de intelectuais pós-modernos impõem desafios novos ao conhecimento histórico na transição para o século XXI. Buscando compreender algumas dessas novas perspectivas da história, Peter Burke organiza *A Escrita da História: novas perspectivas*. A obra tem o mérito de apontar os inúmeros caminhos possíveis para a produção de conhecimento histórico nos últimos 30 anos. Novas áreas, novas abordagens e novos modelos teóricos emergem focando especialmente no estudo de grupos sociais, étnicos ou de gênero. Daí a profusão de obras de historiadores em áreas como “História das Mulheres”, “História de Gênero”, “História da Escravidão”, “História do Cotidiano” *etc.* Essas múltiplas realidades levariam a múltiplas interpretações; e a especificidade do conhecimento histórico abordariam modelos explicativos globais, como o positivismo ou o marxismo (BURKE, 2011).

dois países (a Inglaterra Liberal e a Alemanha Totalitária) na primeira do século XX, o que demonstra a enorme força do discurso histórico para explicar as realidades sociais, históricas e políticas desses países.

¹² O debate Chartier – White foi um dos mais profícuos desse cenário pois, para Chartier, White simplesmente ignorou as diferenças do trabalho do historiador com relação às demais áreas das ciências humanas e sociais, levando em consideração apenas leituras de intelectuais do século XIX. Tal debate pode ser visto em (REIS, J. C. *História e Teoria* RJ: FGV, 2012)

Na esteira dos intelectuais pós-modernos, a obra de White foi singular, conforme já expomos. Em tom também desafiador, K. Jenkins publica *A História Repensada*. Para o autor, história e passado eram coisas distintas e, portanto, o segundo era inacessível. Ao historiador cabia compreender sua real função na transição para o século XX, sem a pretensão de discutir o “real acontecido” ou o que “realmente se passou”. Essa seria uma pretensão ingênua, mesmo porque as próprias noções de tempo e espaço haviam se transformado, junto com o homem. A pós-modernidade dava ao historiador um novo desafio de compreender o mundo sem os modelos globais explicadores¹³ (JENKINS, 2004).

A especificidade do conhecimento da história nos dias de hoje implica não apenas em constatar como a história foi e é pensada como ciência/discurso. Se leituras clássicas e mesmo atuais contribuem para caracterizar a história, novas formas de pensamento também podem emergir. Essa é a proposta de Josep Fontana. Para ele, o historiador deve transformar seu modelo de encarar a história, abandonando o esquema evolutivo e de processo imposto pelo capitalismo. Ao historiador caberia repensar o passado impondo novas perspectivas ao futuro, sem a pretensão de sempre racionalizar a ação do homem. E, nesse contexto, para Fontana, uma retomada dos modelos explicativos globais era um caminho não apenas possível, mas necessário. (FONTANA, 1998).

Fontana termina sua obra com uma frase marcante, singular, mas que não deveria deixar de ser pensada pelo historiador no seu ofício nessa entrada de século XXI, considerando-o (ou não) que a história tem suas especificidades. Ao historiador cabe “começar o mundo outra vez” (FONTANA, 1998).

REFERÊNCIAS

ARÓSTEGUI, J. **A Pesquisa Histórica: Teoria e Método**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2006.

BARROS, J. de A. **O Tempo dos Historiadores**. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

BAUMMAN, Z. **Globalização e as Consequências Humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2006.

¹³ Uma destemporalização, destotalização e destotalização e desreferencialização seriam alguns dos elementos marcantes da pós-modernidade para a história, condicionando os debates atuais sobre a especificidade do conhecimento histórico. Para a história, ver: JENKINS, K. *A História Repensada*. 4. Ed. SP: Contexto, 2004. Para uma análise sociocultural, ver: BAUMMAN, Z. *Globalização e as Consequências Humanas*. RJ: Jorge Zahar Editora, 1999.

-
- BLOCH, M. **Apologia da História ou Ofício do historiador**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editora, 2001.
- BRAUDEL, F. **Escritos sobre História**. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- BURKE, P. **A Escrita da História: Novas Perspectivas**. São Paulo: UNESP, 2011.
- FONTANA, J. **História: Análise do passado e projeto social**. Bauru-SP: EDUSC, 1998.
- HOBSBAWM, E. **Sobre História**. São Paulo: Cia das Letras, 2001.
- HOBSBAWM, E. **A Era dos Impérios: 1845 – 1914**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1998.
- JENKINS, K. **A História Repensada**. 4. Ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- KOSELLECK, R. **Futuro-Passado**. Rio de Janeiro. Contraponto, 2006.
- REIS, J. C. **História e Teoria**. Rio de Janeiro: FGV, 2012.
- REIS, J. C. **A História entre a filosofia e a ciência**. Belo Horizonte: Autentica, 2004.
- REIS, J. C. **Tempo, história e evasão**. Campinas: Papyrus, 1995.
- WHITE, H. **Meta-História**. São Paulo: EDUSP, 1995.

Recebido em: 13/11/2022 / Aprovado em: 26/12/2022